



PRÁTICA PEDAGÓGICA E TECNOLOGIA ASSISTIVA: DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA PÚBLICA PARANÃ EM PAÇO DO LUMIAR

José Marcelo Rodrigues Neto (IFMA)¹
marneto32@hotmail.com

Silvia Cleide Piquiá dos Santos (IFMA/UFMA)²
silpiquia@yahoo.com.br

RESUMO: A atuação dos profissionais nas Salas de Recurso Multifuncionais (SRM) tem a finalidade de atender a diversidade dos alunos com deficiência de forma inclusiva. Este artigo busca discutir os desafios da formação continuada dos professores da SRM sobre uso de tecnologias assistivas para prática pedagógica no atendimento de pessoas com deficiência na escola pública Unidade de Educação Básica Conjunto Paranã de Paço do Lumiar. A metodologia foi exploratória e qualitativa com pesquisa de campo com caráter explicativo, fundamentado em FREIRE (1991), ZABALA (1995), HERNANDEZ (1998), MORETTI (2009) para refletirmos a respeito das dificuldades na formação de professores da SRM e na prática pedagógica para atender alunos com deficiência. Os resultados identificam desafios na prática pedagógica dos professores da escola referentes à elaboração e organização de recursos pedagógicos tecnológicos, revelando as dificuldades acerca de ações pedagógicas com alunos com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada; Tecnologia; Deficiência; SRM.

ABSTRACT: The performance of professionals in the Multifunctional Resource Rooms (SRM) aims to meet the diversity of students with disabilities in an inclusive manner. This article discusses the challenges of SRM teachers' continuing education on the use of assistive technologies for pedagogical practice in the care of people with disabilities in the public school Joint Paranã de Paço do Lumiar Basic Education Unit. The methodology was exploratory and qualitative with explanatory field research based on FREIRE (1991), ZABALA (1995), HERNANDEZ (1998), MORETTI (2009) to reflect on the difficulties in SRM teacher education and practice. to assist students with disabilities. The results identify challenges in the pedagogical practice of school teachers regarding the elaboration and organization of technological pedagogical resources, revealing the difficulties about pedagogical actions with students with disabilities.

KEYWORDS: Continuing education; Technologies; Deficiency; MRR.

¹ Graduado em CST Redes de Computadores pelo Pitágoras; Especialista em Engenharia de Redes de Computadores e Telecomunicações (Pitágoras); Especialista em Informática na Educação (IFMA). E-mail: marneto32@hotmail.com

² Mestranda em Letras pela UFMA; Especialista em Língua Portuguesa e Libras, Graduada em Letras Japonês e Português (UnB); graduanda em Letras Libras (UFMA); professora orientadora do curso de Pós graduação em Informática na Educação (IFMA). E-mail: silpiquia@yahoo.com.br.



1 Introdução

Levar o aluno a desenvolver a criatividade é importante e um desafio na sala de recursos e faz-se necessário que os professores saibam trabalhar de forma contextualizada de acordo com a deficiência de cada aluno. Entretanto, há professores que não buscam outras possibilidades que possam contribuir para uma melhor atuação profissional. Temos observado a grande dificuldade dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo em vista a diversidade do público alvo que são atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Dessa forma, surgiram os questionamentos: quais os desafios na prática pedagógica enfrentados na Unidade de Educação Básica Paranã, localizada do município de Paço do Lumiar pelos professores da SRM? Qual a importância da formação continuada para a atuação dos professores na SRM? A partir dessas problemáticas traçamos o objetivo de discutir os desafios da formação continuada dos professores da SRM sobre uso de tecnologias assistivas para prática pedagógica no atendimento de pessoas com deficiência na escola pública Unidade de Educação Básica Paranã de Paço do Lumiar. E se desmembrou nos seguintes objetivos específicos: analisar os documentos que legislam a respeito de formação de professores de AEE e de tecnologias; verificar as dificuldades dos professores da SRM para atender os alunos com deficiência; identificar as dificuldades dos professores em usar tecnologias.

Para levantar os dados foi realizada uma pesquisa exploratória e explicativa baseada nos pressupostos teóricos de Severino (2003). A pesquisa teve uma parte de observação e outra exploração bibliográfica, em face da necessidade de mostrar documentos e pesquisas que fundamentam o AEE e a tecnologia assistiva na SRM. O tema foi explorado a partir dos enfoques das bibliografias de Ferreira (2006), Dourado (2015), Moretti e Corrêa (2009), Freire (1991), entre outros. Autores de grande relevância que ajudam a esclarecer e enriquecer a temática de formação continuada dos professores do AEE e apresentam esclarecimentos norteadores para profissionais da área da educação.

A exploração mostrou a importância da formação dos professores no contexto da sala de AEE para favorecer o desempenho dos alunos e explicou o sentido fundamental

da formação continuada de professores para os saberes necessários para uma prática educativa inclusiva que atenda as especificidades de cada aluno da SRM.

A relevância desse trabalho está em mostrar aos profissionais que atuam na SRM a importância da formação continuada de professores em recursos tecnológicos inclusivos para atender com qualidade a diversidade de alunos com deficiência pelo AEE. Sendo relevante ressaltar que os professores atuantes no AEE precisam ter formação profissional qualificada para exercer uma prática pedagógica inclusiva que contribua para o desenvolvimento efetivo e global dos alunos os quais frequentam a SRM.

2 A formação continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado

A escola inclusiva não deve garantir apenas o acesso físico de alunos com deficiência, deve disponibilizar recursos pedagógicos adequados e adaptados para o melhor desenvolvimento do ensino e aprendizagem deles. Conforme dispõe a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão - LBI, criada em 6 de julho de 2015, que trata no capítulo IV sobre o direito a Inclusão na Educação para pessoas com deficiência. O artigo 27 da Lei menciona que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Uma das formas de garantir esse direito depende do professor. Deste modo, as políticas públicas para a formação continuada em inclusão tem o papel de promover a oportunidade de complementação e atualização profissional para o ensino aprendizagem de professores que trabalham na sala de atendimento educacional especializado. O intuito é capacitar esses profissionais para adequar à metodologia de acordo com a

especificidade do educando, pois as tecnologias não promovem a inclusão por si só. Então, não basta ter a tecnologia, é importante que haja professores capacitados para usar as tecnologias assistivas com as crianças deficientes, assim elas terão as mesmas oportunidades que as demais, mostrando e desenvolvendo todo seu potencial.

O professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é elemento essencial na efetivação da Educação Inclusiva, um mediador que assegura e assessora a inclusão dentro da escola. Por isso, a importância de estar ciente de suas atribuições para efetivar seu trabalho, sem ser o único responsável de incluir o aluno com deficiência. Esse docente é considerado o “superprofessor” por Triches (2010), por ser aquele capaz de realizar a inclusão, mesmo diante das inúmeras dificuldades com que se defronta.

De acordo com orientação da política de Educação Especial, o papel docente nas Salas de Recursos Multifuncionais, centra-se na elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade para atendimentos dos alunos no AEE. Sendo assim, as atividades desenvolvidas nesses espaços, devem diferenciar-se daquelas realizadas na sala de aula comum, focando no atendimento individualizado das crianças de acordo com suas deficiências, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, a formação continuada de professores para o AEE na contemporaneidade implica repensar as políticas e práticas de educação e formação, a fim de garantir a qualidade educacional e o acesso de todos aos bens culturais. Os estudos e os profissionais acerca da Educação Inclusiva sinalizam a urgência para que as escolas, em seus diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, acolham e ofereçam educação inclusiva aos sujeitos com deficiência, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas dentre outras.

No campo das Políticas de Formação de Professores, em 2002, a Resolução CNE/CP nº 1/ 2002, instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena que foi revogada pela Resolução do CNE/CP, Resolução nº 02/2015 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada



dos profissionais do magistério da educação básica. Esses documentos apontam uma preocupação no processo formativo em nível superior em licenciatura de modo geral.

Contudo, tem a Resolução CNE/CP nº 1/2006 que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação Pedagógica e Licenciatura, orientando os currículos das instituições de ensino superior conhecimentos para o atendimento aos alunos com Necessidade Educacional Especial - NEE, bem como a inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação. Essas diretrizes tem o intuito de facilitar a atuação de professor na área da educação especial. Essa formação inclusiva dos professores é relevante para melhorar a prática docente e às condições de aprendizagem na educação.

Segundo Ferreira (2006), existe um equívoco em relação à formação continuada de professores que se manifesta sob três vieses. O primeiro deles concebe a formação continuada enquanto necessidade, ou seja, os professores não recebem a formação inicial adequada e, portanto, precisam de complementação educacional à prática pedagógica. Na segunda perspectiva, a formação continuada é enxergada como valoração das práticas pedagógicas. Deste modo, as experiências, conhecimentos e competências adquiridas pelos professores em sala de aula são considerados irrelevantes para sua formação e não possuem valoração, precisando da formação continuada de caráter acadêmico científico para validação do seu respectivo repertório pedagógico. Em relação à terceira óptica, a formação continuada desempenha um papel no sentido de atualização docente, uma vez que as demandas educacionais contemporâneas estão desalinhadas com a formação inicial recebida.

A formação dos professores é um dos desafios presentes, para que as práticas educativas sejam mais inclusivas e democráticas. Não basta oferecer o acesso, mas também garantir à permanência dos sujeitos com deficiência no ambiente escolar, tendo o foco no desenvolvimento de práticas que contribuam nos aspectos cognitivo e social desses sujeitos.

Nesta concepção, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, em seu art. 5º,



destacando a importância da formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, bem como do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão.

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino [...] com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2011)

§ 2º O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

II - implantação de salas de recursos multifuncionais;

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; (BRASIL, 2011)

Esse Decreto sinaliza investimentos com a finalidade de melhorar a formação de professores do AEE em busca de reflexão crítica e aperfeiçoamento permanente do saber sobre a diversidade e desafios dos alunos com deficiência matriculados na rede pública. Neste sentido, segundo Freire (1991; 1993), a formação permanente dos educadores, implica em reflexão crítica de sua prática e se funda exatamente na dialeticidade entre prática e teoria. Enquanto, para Dourado (2015), a formação continuada é

um contínuo que compreende as dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, que envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas, ações para além da formação mínima, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (DOURADO, 2015, p. 312).



A proposta da formação de professores para o atendimento educacional especializado coloca o aprendiz como protagonista do processo de ensino e aprendizagem e agrega valor educativo aos conteúdos da formação. Os conteúdos não se tornam à finalidade, mas os meios de ensino. (MELLO, 2000).

3 Sala de Recursos Multifuncionais

A Constituição Federal Brasileira de 1988 dispõe sobre inclusão como locus da educação para pessoa com deficiência, preferencialmente, na escola regular. Mas indica que, quando necessário, tais alunos deveriam receber um atendimento especializado, porém sempre na escola regular. Por isso foi chamado Movimento de Inclusão, pois substituiu o atendimento até então oferecido nas escolas especiais, classes especiais e outros ambientes específicos para as escolas regulares.

Desde então, inúmeras políticas preocuparam-se em dar condições à escola para cumprir a legislação e garantir o atendimento. Contudo, para que se faça real e efetiva, a Educação Inclusiva precisa sair do mero cumprimento da legislação para uma mudança cultural garantindo, desta forma, o verdadeiro reconhecimento e acolhimento da diversidade. O professor é um dos focos das políticas lançadas após o movimento pró-inclusão, pois ele, sem dúvida, é a peça chave para o “fazer” na Escola, ou seja, para o atendimento adequado a todos os alunos, mas, principalmente, aos com necessidades educacionais especiais que precisam de um olhar específico e mais cuidadoso para suas limitações.

Para os alunos que precisam de um atendimento diferenciado para ter pleno aproveitamento escolar, foi criado o AEE – Atendimento Educacional Especializado, que é um atendimento complementar ou suplementar à escolarização regular, ofertado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2009).

De acordo com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (BRASIL, 2004, p.8), “seu objetivo é estimular todo tipo de interação que possa beneficiar o



desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo desses alunos”. A oferta do AEE é feita através da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), conforme instituído pela Portaria n. 13 de 24 de abril de 2007. A SRM é um espaço dentro da escola, com diferentes equipamentos, mobiliários, materiais didáticos, pedagógicos e de acessibilidade, e com professor com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais do educando. Essa denominação se refere ao fato de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das 8 (oito) necessidades educacionais especiais, como forma de complementação ou suplementação curricular.

Na Sala de Recursos Multifuncionais, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter atendimentos específicos para a eliminação de obstáculos que impedem seu acesso ao conhecimento desenvolvido na sala de aula regular. Entretanto, o atendimento nesse espaço não deve nunca ser confundido como reforço escolar, pois as atividades não devem ser de repetição ou reforço de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula. De acordo com a Lei 7.611 o atendimento especializado tem a finalidade de eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, utilizando recursos pedagógicos adaptados (BRASIL, 2011).

O trabalho desenvolvido na SRM tem um conjunto de procedimentos específicos que servem para orientar a mediação do ensino aprendizagem de forma inclusiva e apropriada para a construção de conhecimentos das pessoas com deficiência. As orientações para o profissional da Sala de Recursos são variadas e abrangem desde o planejamento pedagógico das aulas até a produção do relatório pedagógico de desenvolvimento de cada aluno.

Algumas das ações a serem desenvolvidas são: registrar sistematicamente todos os avanços e dificuldades do educando, conforme o planejamento pedagógico. O aluno deve frequentar a Sala de Recursos pelo tempo que for necessário para superar suas dificuldades e obter êxito no processo de escolarização. O atendimento deve ser feito de forma individualizada ou em pequenos grupos, e o tempo de trabalho coletivo não deve



exceder o tempo do trabalho individual. O atendimento realizado em grupo deve ser organizado por faixa etária, conforme as necessidades pedagógicas.

Enquanto a avaliação da aprendizagem do aluno na Sala de Recursos Multifuncionais orienta que deve ser de caráter qualitativo, realizada através de observações diárias, buscando-se identificar continuamente as dificuldades e avanços do aluno. A avaliação anual deve conter dados estatísticos que mostrem todos os trabalhos desenvolvidos na SRM. (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012).

O desligamento de um aluno da sala deverá ser formalizado por meio de relatório pedagógico elaborado pelo professor, juntamente com a equipe pedagógica e, sempre que necessário, com o apoio do professor da classe comum. Os atendimentos clínicos de alunos que necessitarem, poderão ser viabilizados por meio de parcerias com outras entidades públicas (da saúde, de defesa à cidadania, entre outras). (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012).

4 Metodologia

A pesquisa se refere à Unidade de Educação Básica do Paranã situada no município de Paço do Lumiar-MA atende alunos do Fundamental I, II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos turnos matutino, vespertino e noturno, respectivamente. A escola possui Sala de Recurso Multifuncional fazendo Atendimento Educacional Especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, no contraturno da sala de aula regular. Possui 10 (dez) professores com formação em pedagogia, 17 (dezessete) professores com formação específica das disciplinas e 02 (dois) professores especialistas em Educação Especial.

Os procedimentos metodológicos foram voltados para a pesquisa de campo, com o intuito de investigar o universo da SRM da escola Pública Paranã. A pesquisa é qualitativa e exploratória de campo, com os procedimentos técnicos de levantamento de informações mediante observações de aulas e conversas com os professores da SRM. As observações forneceram dados verídicos que comprovam a realidade da prática



pedagógica inclusiva com alunos com deficiência. Nas observações, percebemos que a escola dispunha de recursos de tecnologias assistivas para várias deficiências, mas não eram utilizados pelos professores, na maioria das vezes por falta de capacitação dos professores.

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos que são mais descritivos, até estudos mais analíticos. (SEVERINO, 2007, p.123).

A pesquisa bibliográfica serviu como subsídio para fundamentar nossas percepções sobre as observações e as conversas que tivemos sobre a formação de professores e a prática pedagógica com uso de tecnologia assistiva na escola, pois a mesma encaminha o pesquisador para novos olhares no que tange ao domínio proveniente de bases científicas baseadas no conhecimento novo, capaz de propiciar novas instigações frente à realidade. Nessa perspectiva, Marconi e Lakatos (1999) ressaltam que a pesquisa bibliográfica auxilia na formação científica do pesquisador, pois o coloca em contato com tudo que há de informações.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito. [...] (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 73)

A investigação se baseou nos autores Ferreira (2006), Dourado (2015), Moretti e Corrêa (2009), entre outros. Essas fontes teóricas foram relevantes para a construção de saberes consistentes que propiciaram o entendimento que norteou a análise e o resultado pesquisa.



4 Os desafios da prática pedagógica na Sala de Recurso Multifuncional na escola pública Paraná

demanda por profissionais capacitados para oferecer um ensino inclusivo é uma realidade pertencente dentro dos sistemas de ensino. A maioria dos cursos de formação inicial de professores, a exemplo de licenciaturas e cursos técnicos de nível médio, ainda são deficitários na formação de inclusão em razão de currículos extensos e conteudistas, pois são voltados para teoria e pouco para prática, possuindo apenas recortes temáticos de inclusão.

Moretti e Corrêa (2009, p. 487), atribuem à sala de recursos multifuncionais (SRM) parte da possibilidade de sucesso do aluno com deficiência. Eles afirmam que esse espaço se tornou muito importante na perspectiva inclusiva por oferecer o apoio educacional complementar /suplementar necessário para que o aluno alcance sucesso escolar na classe comum.

Para atuar no AEE, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9.394/1996 enfatiza em seu art. 58, III, como exigência formativa que os professores tenham especialização adequada em nível médio ou superior. Embora esta formação, assegure a formação inicial dos docentes, por si só não dá conta do processo formativo dos professores que atuam nessa modalidade de ensino.

A formação continuada dos professores das salas regulares também pode ser considerada um dos desafios dessa articulação entre as práticas educativas inclusivas e democráticas, pois ainda que a rede municipal de ensino ofereça tais formações, é necessário que o professor oferte um tempo no contra turno para que essa formação aconteça de fato, portanto, nem sempre esses educadores dispõem de um tempo para que aconteça, no entanto isso requer planejamento. Sendo que a formação continuada dos professores tornariam as aulas mais prazerosas, diferentes, e de fato desenvolveriam as habilidades dos alunos de forma mais interativa.

Contudo, verificamos por meio de conversas com os professores nessa escola que alguns educadores apresentam resistência em usar a tecnologia por diversos motivos como desinteresse na utilização das ferramentas tecnológicas, seja ela por falta



de conhecimento ou por falta de formação. Isso ocorre porque alguns professores se recusam a participar de capacitações por não querer mesmo ou por falta de tempo, pois trabalham 3 (três) turnos. Ainda tem aqueles que não usam porque não querem ter trabalho, pois preparar uma aula criativa exige um tempo extra para preparação das aulas.

Outra dificuldade enfrentada pelo professor da SRM é a falta de articulação com o professor da sala comum. A falta de articulação entre o professor da SRM e o professor da sala regular pode dificultar um melhor aproveitamento do aluno com deficiência, pois ambos precisam está preparados para desenvolver práticas adaptadas que contribuem nos aspectos cognitivo e social desses sujeitos.

Além da formação é importante que o professor tenha um trabalho articulado com os professores do ensino regular. Segundo Jesus e Martins (2000) é essencial a articulação entre o professor de sala comum e o professor da Sala de Recursos Multifuncionais. Por que esse professor da SRM não é um mero auxiliar ou simples executor das tarefas propostas pelo professor da classe comum, pois a sala de recursos não é um espaço de reforço ou repetição das tarefas desenvolvidas em sala de aula comum. Eles entendem que o papel do professor da sala de recursos deve ser operacionalizado de diversas formas e de acordo com as necessidades dos educandos.

Essa articulação entre o AEE e a sala comum é de suma importância para o desenvolvimento das crianças e deve acontecer desde o momento que se recebe uma criança com necessidades educativas especiais. É importante ressaltar que o professor da sala comum é o responsável pelo ensino e a aprendizagem do aluno de modo geral. Enquanto cabe ao professor do Atendimento Educacional Especial conhecer melhor as especificidades do aluno e saber suas habilidades e dificuldades relacionadas às atividades da vida cotidiana. Se for feito um trabalho articulado entre o professor da sala comum e do AEE, tende facilitar a identificação de possíveis barreiras à aprendizagem desses estudantes e apontar estratégias para que os alunos deficientes tenham as mesmas oportunidades que toda a turma.

Como os alunos com deficiência requerem ações pedagógicas diferenciadas, a escola deve organizar seus espaços físicos e os recursos pedagógicos para atender as



especificidades do aluno. Em muitas escolas, a falta de materiais didáticos necessários, estrutura inadequada, móveis não adequados e ausência de recursos tecnológicos são barreiras a serem superadas pelos professores. Essas barreiras podem ocorrer em virtude da falta de investimento, o que pode interferir no ensino aprendizagem dos alunos na SRM. Entretanto, na Unidade de Educação Básica Paranã, existem recursos tecnológicos assistivos, tais como: lupa eletrônica, teclado colmeia, órtese para as mãos, softwares específicos, dentre outros que poderiam ser utilizados, porém por falta de capacitação, não estão sendo utilizados ou estão sendo subutilizados pelos professores.

O AEE deve ser oferecido obrigatoriamente pelas redes de ensino, no contra turno da sala comum, que deve levar em conta as necessidades educacionais de modo individual. Mas é uma atividade facultativa para o aluno e a frequência ao AEE é um direito que o aluno poderá exercer ou não. Um dos desafios enfrentados pelo Professor da Sala de Recursos Multifuncionais é a conscientização da família sobre a importância da participação dos alunos com necessidades educacionais especiais em frequentar o Atendimento Educacional Especializado.

Ressaltamos que há outros desafios relacionados às ações voltadas para a família dos alunos com deficiência dentre eles: a falta de interação dos pais com os filhos, por exemplo, a maioria dos pais de alunos surdos não sabe língua de sinais e não consegue se comunicar direito com os filhos; outra é a falta de participação dos pais nas atividades desenvolvidas pela escola. No entanto, nem todas as medidas pedagógicas propostas favorecem a inclusão, beneficiam a interação nas práticas de ensino, esporte e lazer. Desse modo, salientamos que as ações a serem desenvolvidas na escola sejam articuladas com os professores da sala de recurso multifuncional que conhecem melhor o contexto de inclusão da escola e podem melhor sugerir atividades e recursos necessários a fim de promover uma educação mais acessível e inclusiva.

Este direito é garantido pelas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica –2001:

Entende-se por inclusão a garantia, a todos do acesso contínuo do espaço comum da vida em sociedade, sociedade está que deve estar orientada por revelações de acolhimento à diversidade humana, de



aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, a sociedade deve estar preparada para que o acesso desse aluno seja o mais natural possível. Viver em sociedade condiz em respeitar a individualidade do outro, assim como a diferença, que pode se manifestar por uma limitação ou necessidade especial ou outras diferenças. Portanto, para desenvolver atendimento educacional especializado é importantíssimo que o professor conheça no seu aluno, suas particularidades e suas limitações, afim de que possa desenvolver habilidades que atendem esse aluno com necessidade dentro e fora do ambiente educacional.

5 Considerações

A escola tem o compromisso de garantir para os alunos com deficiência as condições para que participem efetivamente dos processos educacionais desde o ingresso até a conclusão do ensino, afastando as condições de exclusão ou segregação e promovendo a inclusão com acessibilidade. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem o intuito de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para a participação dos alunos considerando as suas especificidades.

Compreendemos que o atendimento educacional especializado vem se constituindo a partir de profissionais qualificados e da apropriação de conhecimentos referentes à educação especial, elaborados ao longo da sua história, bem como através dos saberes engendrados nos diferentes contextos escolares. Esse atendimento promove a relação com os outros professores e com os alunos especiais na efetivação de um atendimento de educação de qualidade para desenvolver todas as potencialidades.

A formação continuada aponta para a possibilidade de um novo perfil de educador em que o profissional precisa estar pré-disposto a resignificar os conhecimentos adquiridos na formação inicial, estabelecendo um entrelaçamento entre a



teoria e a prática cotidiana. Resignificar esses conhecimentos implica em o profissional não se aceitar como sujeito acabado em verdades absolutas e concluídas, ou seja, pressupõe acreditar que as veridicidades são efêmeras, construídas historicamente dentro de um tempo e um espaço peculiar.

É importante que este profissional esteja buscando qualificar-se constantemente, assim como os outros profissionais, pois a profissão de ensinar é rica em possibilidades e requer dos professores posturas que inovem e acolham os alunos em sua diversidade. O profissional da sala de recursos multifuncional tem um grande desafio, que é estar preparado para receber os alunos com diferentes tipos de deficiência, sabendo inseri-los na sociedade de forma que os mesmos sintam-se respeitados e valorizados.

A formação é um importante momento na trajetória do profissional do atendimento educacional especializado e se destaca por ser um momento transformação. A formação inclusiva do professor precisa ser ocorrer num paradigma de escola da diversidade, em que se familiariza com conceitos e práticas fundamentais do fazer pedagógico e do exercício da docência para contemplação do diferente.

Observamos que a formação continuada de professores deve ir além de uma mera apresentação de teorias ou da tentativa de oferecer conhecimentos que preencham lacunas da formação inicial. Tal formação deve partir de discussões propostas pela conjuntura cotidiana escolar, ou seja, pelas questões que permeiam o dia a dia da escola e às relações teoria e prática de educadores e demais profissionais da educação. Desse modo, percebemos que o problema real na educação da inclusão, é que os professores não estão preparados para atender/ensinar as pessoas com deficiência, de acordo com cada deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Eles não dispõem de formação pedagógica e tecnológica suficiente para manusear equipamentos que facilitem a inclusão e eliminem barreiras educacionais.

Dessa forma, vale ressaltar a importância da formação do professor para o processo de inclusão e de independência dos alunos com deficiência, exercendo grande influência na prática do professor, em uma sociedade em constantes transformações



científicas e tecnológicas. O professor durante o desempenho de sua função passa por vários desafios, que podem ser superados se ele estiver bem capacitado. Ele pode enfrentar adaptando sua metodologia para melhorar sua prática pedagógica e assim facilitar o processo de inclusão e de aprendizagem de pessoas com deficiência. Quando o trabalho pedagógico no espaço da SRM é constituído a partir do conjunto de procedimentos específicos propostos, ele é capaz de desenvolver os processos cognitivos, motores e sócio afetivos do aluno, de forma a tornar possível o seu progresso na sala de aula.

É preciso que as iniciativas de formação de professores acatem a pedagogia da diferença, desenvolvendo um olhar sobre os processos educacionais que acredite no princípio da diferença, em que cada aluno é diferente um do outro. Nesse caso, a formação continuada de professores permitirá atualizar a prática docente de novos saberes sobre inclusão, a respeitar as diferenças e a promover a igualdade de direito.

Referências

BERSCH, Rita. **Introdução á Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, RS 2017. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf, acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf, acesso em: 10.09.2019.

_____. **Decreto n. 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 de jul. de 2019.

_____. **Decreto n. 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

_____. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-norma-pl.html>>. Acesso em 13 de jun.2019.



_____. **Lei n. 9.394**, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/legislacao/lei9394_96.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial básica/ secretaria de Educação Especial**: MEC; SEESP, 2001.

_____. **Resolução CNE/ CEB nº04/2009**. Disponível em: (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb004_09.pdf). Acesso em: 12 de set. 2019.

_____. Luís Fernandes. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios**. Educação e sociedade. Campinas, 2015.

_____. **Lei federal n. 13.146** de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

FERREIRA, W. B. **Inclusão x Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. P. 211-238.

FURLAN, Ana Maria da Silva. **Métodos e técnicas de ensino utilizados na sala de recursos multifuncionais- Atendimento Educacional Especializado**. Medianeira, 2014.

GIROTO, Claudia; POKER, Rosimar; OMOTE, Sadão. **As tecnologias e praticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

JESUS, S. N.; MARTINS, M. H. **Escola Inclusiva e apoios educativos**. Porto: Criap Asa, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, GUIOMAR NAMO DE. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão**. São Paulo Perspect. Vol.14, nº 1, jan.\ mar. 2000. Acesso em: 12 de set. de 2019.

MORETTI, I. G.; CORRÊA, N. M. **A Sala de recursos como atendimento educacional especializado para a “inclusão” de alunos com deficiência mental em classes comuns**. In: V CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. ed.23. São Paulo: Cortez, 2007.

TRICHES, J. **Organismos Multilaterais e Curso de Pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores**. 2010. 272 p. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Recebido Para Publicação em 19 de outubro de 2019.
Aprovado Para Publicação em 10 de novembro de 2019.